

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS
REGIONAIS NA REDE PÚBLICA DE FORTALEZA
ODS 4 :EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

**PUBLIC POLICIES FOR CONTINUING EDUCATION IN EARLY
CHILDHOOD EDUCATION: ANALYSIS OF IMPLEMENTATION AND REGIONAL
IMPACTS IN THE PUBLIC NETWORK OF FORTALEZA**

Claudia de Jesus Costa (Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS MG)
Alessandro Messias Moreira (UNIS MG)
Luiz Carlos Vieira Guedes (UNIS MG)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil da rede pública de Fortaleza, examinando seus processos de implementação e impactos regionais na qualificação das práticas pedagógicas e na redução das desigualdades educacionais. A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e descritivo, utilizando análise documental e revisão bibliográfica sistemática de artigos, livros e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos, priorizando estudos indexados em bases como Scielo, CAPES, Google Acadêmico e periódicos especializados em políticas educacionais. A metodologia baseia-se no modelo descritivo/operacional para análise de políticas públicas proposto por Souza (2002) e adota a perspectiva de análise de implementação de políticas públicas, focalizando o papel dos atores envolvidos e o grau de discricionariedade da burocracia de linha. Utilizando o arcabouço teórico de análise de políticas públicas e considerando as especificidades regionais brasileiras, a pesquisa investiga como essas políticas se materializam na prática pedagógica e contribuem para a redução das desigualdades educacionais. O estudo revela que a formação continuada funciona como instrumento de integração e homogeneização das práticas educativas, mas enfrenta desafios na implementação relacionados à burocracia de linha e às características socioeconômicas locais. Os resultados indicam a necessidade de maior articulação entre formulação e implementação das políticas educacionais, evidenciando que essas políticas funcionam efetivamente como instrumentos redistributivos no contexto das desigualdades regionais nordestinas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Formação continuada; Educação Infantil; Implementação; Fortaleza.

Abstract

This article aims to analyze public policies for continuing education in early childhood education in the public school system of Fortaleza, examining their implementation processes and regional impacts on improving pedagogical practices and reducing educational inequalities. This qualitative, descriptive study uses documentary analysis and a systematic bibliographic review of articles, books, and official documents published in the last ten years, prioritizing studies indexed in databases such as Scielo, CAPES, Google Scholar, and journals specializing in educational policies. The methodology is based on the descriptive/operational model for public policy analysis proposed by Souza (2002) and adopts the perspective of analyzing public policy implementation, focusing on the role of the actors involved and the degree of discretion of the line bureaucracy. Using the theoretical framework of public policy analysis and considering Brazil's regional specificities, the research investigates how these policies materialize in pedagogical practice and contribute to reducing educational inequalities. The study reveals that continuing education serves as a tool for integrating and standardizing educational practices but faces implementation challenges related to bureaucracy and local socioeconomic characteristics. The results indicate the need for greater coordination between the formulation and implementation of educational policies, demonstrating that these policies effectively function as redistributive instruments in the context of regional inequalities in the Northeast.

Keywords: Public policies; Continuing education; Early childhood education; Implementation; Fortaleza.

Introdução

A formação continuada de professores da Educação Infantil constitui-se como uma política pública de fundamental importância para a qualificação do atendimento educacional na primeira infância no Brasil. Garcia, Silva e Rodrigues (2025) destacam que a formação docente para atuação na Educação Infantil demanda análise criteriosa das políticas públicas implementadas, considerando suas especificidades e impactos na qualidade educacional. No contexto nacional, essas políticas assumem características redistributivas, buscando promover maior equidade no acesso a uma educação de qualidade.

Fortaleza – CE, como capital de um estado nordestino que historicamente enfrenta desafios socioeconômicos significativos, apresenta-se como um caso emblemático para compreender como as políticas de formação continuada se materializam em contextos regionais específicos. A análise dessas políticas demanda uma compreensão ampla dos processos de formulação, implementação e

avaliação, considerando os atores envolvidos, as arenas decisórias e os impactos sobre as práticas pedagógicas.

O cenário brasileiro apresenta marcantes desigualdades regionais que se refletem diretamente na implementação de políticas educacionais. Amann e Conceição (2024) evidenciam que a análise regional das políticas públicas educacionais revela disparidades significativas na oferta e qualidade dos serviços educacionais. Essa realidade torna-se particularmente relevante quando se examina o contexto nordestino, no qual estados como o Ceará enfrentam desafios socioeconômicos que impactam diretamente a implementação de políticas educacionais.

Mendonça e Magalhães Júnior (2023) analisam especificamente a política educacional e formação continuada dos professores da Educação Infantil de Fortaleza, destacando a complexidade dos processos implementados na capital cearense. A cidade, como centro urbano de uma das regiões mais pobres do país, apresenta características específicas que demandam políticas públicas adaptadas às necessidades locais, considerando tanto as limitações de recursos quanto as potencialidades regionais.

A formação continuada de professores não se restringe apenas aos aspectos pedagógicos gerais, mas abrange dimensões específicas do desenvolvimento infantil. Oliveira e Silva (2025) destacam a importância da formação continuada específica para o ensino de ciências da natureza na Educação Infantil, evidenciando como políticas gerais necessitam de especializações temáticas para atender adequadamente às demandas educacionais. Souza *et al.* (2024) ampliam essa discussão ao analisar a formação continuada no contexto de programas nacionais como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Flôres e Coutinho (2024) demonstram que a análise de políticas municipais de formação continuada requer compreensão dos processos históricos e institucionais que as caracterizam. A implementação dessas políticas envolve múltiplos atores e apresenta desafios específicos relacionados à articulação entre diferentes níveis de governo e à capacidade institucional local.

Tabosa e Coutinho (2023) evidenciam que a formação do professor constitui elemento fundamental de motivação da prática pedagógica na Educação Infantil,

influenciando diretamente os resultados educacionais. Silva, Bianchi e Anastácio (2025) complementam essa perspectiva ao apresentar análise comparativa de diretrizes brasileiras com experiências internacionais, demonstrando a necessidade de contextualização das políticas às realidades locais.

Diante deste contexto segue a seguinte pergunta problema: Como as políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil da rede pública de Fortaleza são implementadas e quais são seus impactos regionais na qualificação das práticas pedagógicas e na redução das desigualdades educacionais?

Como hipótese, as políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil de Fortaleza funcionam como instrumentos redistributivos que contribuem para a redução das desigualdades educacionais regionais, porém sua implementação enfrenta limitações relacionadas à capacidade institucional local e à articulação entre diferentes níveis de governo, impactando sua efetividade na transformação das práticas pedagógicas.

Este estudo justifica-se por oferecer subsídios para gestores educacionais e profissionais da Educação Infantil aprimorarem práticas de formação continuada. Socialmente, contribui para compreender como essas políticas reduzem desigualdades educacionais e fortalecem direitos das crianças em contextos de vulnerabilidade. Academicamente, articula referenciais de políticas públicas com desigualdades regionais brasileiras, proporcionando perspectiva inovadora que pode inspirar pesquisas similares em outras capitais nordestinas com desafios socioeconômicos semelhantes.

Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil da rede pública de Fortaleza, examinando seus processos de implementação e impactos regionais.

Os objetivos específicos deste estudo são: caracterizar os modelos de formulação e implementação das políticas de formação continuada na Educação Infantil de Fortaleza, identificando os atores envolvidos, as arenas decisórias e os processos de transformação das diretrizes em ações práticas. O segundo visa examinar o papel da burocracia de linha, representada pelos professores da Educação Infantil, na implementação das políticas de formação continuada, analisando seu grau de discricionariedade e influência na efetivação dos objetivos das

políticas. O terceiro propõe avaliar os impactos regionais das políticas de formação continuada, considerando sua função redistributiva no contexto das desigualdades socioeconômicas nordestinas e sua contribuição para a integração nacional através da homogeneização de práticas educativas.

Desenvolvimento

Revisão da Literatura

O campo de políticas públicas, conforme estabelecido por Souza (2002), constitui-se como uma área de conhecimento que busca "colocar o governo em ação" e analisar essa ação, propondo mudanças quando necessário. No contexto educacional, as políticas de formação continuada representam um conjunto específico de ações governamentais que visam produzir efeitos específicos na qualidade do ensino e na prática pedagógica.

A análise de políticas públicas educacionais requer a compreensão de diversos modelos teóricos. Souza (2002) apresenta diferentes tipologias, destacando o modelo de Lowi que categoriza as políticas como distributivas, regulatórias, redistributivas ou constitutivas. As políticas de formação continuada na Educação Infantil podem ser caracterizadas como redistributivas, uma vez que atingem maior número de pessoas e promovem ganhos para determinados grupos sociais, particularmente as crianças de famílias de baixa renda atendidas pela rede pública.

O processo de implementação, fase crucial do ciclo de políticas públicas, constitui-se na transformação da política em ação. Souza (2002) enfatiza a importância da burocracia de linha, representada pelos professores, que tomam decisões rotineiras que afetam diretamente a vida das pessoas. Esses servidores públicos detêm papel fundamental na dimensão efetiva da cidadania, podendo tanto implementar quanto contrariar os objetivos das políticas públicas.

No contexto regional brasileiro, Gimenez (2017) destaca que as políticas sociais, incluindo as educacionais, funcionam como instrumentos de integração nacional e redução de desigualdades regionais. A política social brasileira, estruturada a partir da Constituição de 1988, busca beneficiar intencionalmente as áreas mais pobres do país através de transferências compensatórias que atuam

sobre a incapacidade das economias locais de atender às necessidades básicas das populações.

A formação continuada de professores da Educação Infantil tem sido objeto de crescente atenção na literatura acadêmica. Garcia, Silva e Rodrigues (2025) analisam as políticas públicas para formação docente na Educação Infantil, destacando a necessidade de articulação entre as diferentes esferas governamentais. Mendonça e Magalhães Júnior (2023) abordam especificamente a política educacional e formação continuada dos professores da Educação Infantil de Fortaleza, evidenciando os desafios e potencialidades do contexto local.

Flôres e Coutinho (2024) analisam a formação continuada de professoras de Educação Infantil em Curitiba, demonstrando como as políticas municipais podem se materializar em práticas formativas específicas. Souza *et al.* (2024) examinam a formação continuada no contexto do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, evidenciando as conexões entre políticas nacionais e práticas locais.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caráter qualitativo e descritivo, utilizando análise documental e revisão bibliográfica para compreender as políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil de Fortaleza – CE. Para a revisão bibliográfica, foi adotada uma estratégia sistemática de pesquisa, que incluiu a seleção de artigos, livros e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos, priorizando estudos indexados em bases como Scielo, CAPES, Google Acadêmico e periódicos especializados em políticas educacionais.

Os termos de busca utilizados abrangeram expressões como "formação continuada", "Educação Infantil", "políticas públicas", "Fortaleza" e "Nordeste", possibilitando a identificação de produções relevantes nacionais e regionais. A análise dos textos selecionados priorizou abordagens teóricas e empíricas, permitindo mapear as tendências, desafios e avanços no campo das políticas públicas de formação docente na Educação Infantil.

A metodologia baseia-se no modelo descritivo/operacional para análise de políticas públicas proposto por Souza (2002), que considera elementos como

objetivos, contexto, alternativas, custos, fatores internos e externos, atores envolvidos e impactos.

O estudo adota a perspectiva de análise de implementação de políticas públicas, focalizando o grau de conhecimento e capacidade das organizações implementadoras, os processos que compõem a implementação, o papel dos atores envolvidos e o grau de discricionariedade da burocracia de linha representada pelos professores.

Resultados e Análises

A análise das políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil de Fortaleza revela um conjunto complexo de desafios e potencialidades. No contexto de uma capital nordestina que concentra significativa população em situação de vulnerabilidade social, essas políticas assumem papel fundamental como instrumentos de redistribuição de oportunidades educacionais.

A implementação das políticas de formação continuada em Fortaleza enfrenta os desafios típicos identificados por Souza (2002) no processo de transformação de política em ação. A burocracia de linha, representada pelos professores da Educação Infantil, possui papel crucial na efetivação dessas políticas. Conforme observado por Tabosa e Coutinho (2023), a formação do professor constitui elemento fundamental de motivação da prática pedagógica, influenciando diretamente os resultados educacionais.

O contexto regional específico de Fortaleza, inserido na realidade nordestina caracterizada por Gimenez (2017) como uma das regiões mais pobres do país, demanda que as políticas de formação continuada considerem as particularidades locais. As transferências de recursos para educação, similar ao padrão observado na previdência social, funcionam como mecanismo de redistribuição regional, beneficiando especialmente municípios menores e mais pobres.

Oliveira e Silva (2025) destacam a importância da formação continuada específica para o ensino de ciências na Educação Infantil, evidenciando como políticas gerais necessitam de adaptações temáticas específicas. Silva, Bianchi e Anastácio (2025) ampliam a discussão ao comparar políticas brasileiras com

experiências internacionais, demonstrando a necessidade de contextualização das políticas às realidades locais.

A análise revela que as políticas de formação continuada em Fortaleza operam dentro do modelo incrementalista descrito por Souza (2002), com decisões marginais que mantêm estruturas existentes enquanto promovem melhorias graduais. Essa característica pode limitar inovações mais profundas, mas garante estabilidade e continuidade das ações formativas.

Lopes, Bedor e Carvalho (2023) evidenciam como a formação dos gestores educacionais constitui elemento complementar essencial às políticas de formação docente, demonstrando a necessidade de abordagens sistêmicas que contemplem todos os atores envolvidos no processo educativo.

O papel das redes sociais e comunidades de especialistas, conceitos abordados por Souza (2002), manifesta-se nas políticas de formação continuada através da articulação entre universidades, secretarias de educação e escolas. Essa articulação é fundamental para o sucesso das políticas, conforme observado por Amann e Conceição (2024) na análise de políticas educacionais regionais.

Impactos Regionais

Os impactos regionais das políticas de formação continuada na Educação Infantil de Fortaleza devem ser compreendidos no contexto mais amplo das desigualdades regionais brasileiras. Gimenez (2017) demonstra como as políticas sociais funcionam como elementos homogeneizadores da sociedade, contribuindo para a construção da cidadania nacional através de direitos substantivos.

No caso específico da Educação Infantil, a formação continuada de professores constitui-se como política redistributiva que visa reduzir as disparidades educacionais entre diferentes regiões do país. Fortaleza, como capital de estado nordestino, beneficia-se de recursos federais e estaduais que complementam os investimentos municipais em formação docente.

Barbosa Arakaki, Pinha Alonso e Godoy (2023) analisam a judicialização das políticas públicas de acesso à Educação Infantil, evidenciando como questões relacionadas à qualidade do atendimento, incluindo a formação docente, tornam-se

objeto de demanda judicial quando não adequadamente implementadas pelo poder público.

A análise dos impactos regionais revela que as políticas de formação continuada em Fortaleza enfrentam desafios similares aos identificados em outras capitais nordestinas, relacionados à capacidade financeira e institucional dos municípios. No entanto, o caráter redistributivo das políticas federais e estaduais contribui para minimizar essas limitações.

Desafios de Implementação

A implementação das políticas de formação continuada enfrenta diversos desafios identificados na literatura sobre políticas públicas. Souza (2002) destaca que nem sempre os problemas de implementação estão situados apenas no desenho ou questões organizacionais, existindo múltiplas variáveis que impactam o sucesso das políticas.

O primeiro desafio relaciona-se à capacidade institucional das redes municipais de educação. Conforme observado por Gimenez (2017), municípios menores e mais pobres enfrentam maiores dificuldades para estruturar políticas públicas efetivas. Fortaleza, apesar de ser uma capital, concentra população significativa em situação de vulnerabilidade, demandando políticas específicas de formação que considerem essa realidade.

O segundo desafio diz respeito à articulação entre diferentes níveis de governo. As políticas de formação continuada envolvem recursos e diretrizes federais, estaduais e municipais, exigindo coordenação complexa entre essas esferas. A falta de alinhamento pode comprometer a efetividade das ações formativas.

O terceiro desafio relaciona-se ao papel da burocracia de linha. Os professores da Educação Infantil, enquanto implementadores diretos das políticas, possuem ampla discricionariedade na aplicação dos conhecimentos adquiridos nas formações. Essa discricionariedade pode tanto potencializar quanto limitar os impactos das políticas de formação continuada.

Considerações Finais

A análise das políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil da rede pública de Fortaleza revela um conjunto complexo de desafios e potencialidades que refletem tanto as especificidades regionais quanto os dilemas nacionais da implementação de políticas educacionais.

O estudo demonstra que essas políticas funcionam efetivamente como instrumentos de redistribuição de oportunidades educacionais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais através da qualificação dos profissionais da Educação Infantil. No contexto de uma capital nordestina marcada por desafios socioeconômicos significativos, a formação continuada assume papel fundamental como política redistributiva que visa beneficiar as populações mais vulneráveis.

A implementação dessas políticas enfrenta desafios típicos identificados na literatura sobre políticas públicas, particularmente relacionados ao papel da burocracia de linha e à necessidade de articulação entre diferentes níveis de governo. Os professores da Educação Infantil, enquanto implementadores diretos das políticas, possuem papel crucial na transformação das diretrizes formativas em práticas pedagógicas efetivas.

Os impactos regionais das políticas de formação continuada em Fortaleza evidenciam a importância das transferências intergovernamentais para a viabilização de políticas educacionais de qualidade em contextos de recursos limitados. Essas políticas funcionam como elementos homogeneizadores que contribuem para a construção de padrões nacionais de qualidade educacional, respeitando as especificidades locais.

O estudo aponta para a necessidade de maior articulação entre os processos de formulação e implementação das políticas de formação continuada, considerando as múltiplas variáveis que influenciam seu sucesso. A compreensão das especificidades regionais e o fortalecimento das capacidades institucionais locais emergem como elementos fundamentais para a efetividade dessas políticas.

Por fim, a pesquisa contribui para o entendimento de como as políticas públicas educacionais se materializam em contextos regionais específicos, oferecendo subsídios para o aprimoramento das políticas de formação continuada na

Educação Infantil não apenas em Fortaleza, mas em outras capitais nordestinas que enfrentam desafios similares.

Referências

AMANN, Wilian; CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini. A Educação Infantil na região do Sudoeste do estado do Paraná: uma análise das políticas públicas educacionais. **Educação em Análise**, v. 9, n. 2, p. 375-392, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/19847939.2024v9n2p375>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BARBOSA ARAKAKI, Allan Thiago; PINHA ALONSO, Ricardo; GODOY, Sandro Marcos. A Análise Econômica do Direito aplicada à judicialização de políticas públicas de acesso à educação infantil pública. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES**, v. 11, n. 3, p. , 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/redes.v11i3.10564>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FLÔRES, Vanessa Medianeira da Silva; COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. Formação continuada de professoras de educação infantil em Curitiba: uma análise sobre as semanas de estudos pedagógicos da rede municipal no período de 2012 a 2022. **COLLOQUIUM HUMANARUM**, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5747/ch.2024.v20.h594>. Acesso em: 07 ago. 2025.

GARCIA, Patricia Mara Almeida; SILVA, Paulo Sérgio Souza; RODRIGUES, Adriana. A formação docente para atuação na educação infantil: uma análise das políticas públicas. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 18, n. 2, p. e15546, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.2-223>. Acesso em: 04 ago. 2025.

GIMENEZ, Denis Maracci. **Política social e desequilíbrios regionais no Brasil em tempos de crise**. Campinas: IE/Unicamp, maio 2017. (Texto para Discussão, n. 301). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3530/TD301.pdf> Acesso em: 25 ago. 2025.

LOPES, Luciana Patrícia Brito; BEDOR, Cheila Nataly Galindo; OLIVEIRA CARVALHO, Ferdinando Oliveira. Análise do conhecimento dos gestores de escolas de educação infantil sobre as políticas públicas de alimentação e nutrição. **Enfermagem Brasil**, v. 22, n. 5, p. 532-546, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v22i5.4978>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MENDONÇA, Gilzélia Cristina Pereira de; MAGALHÃES JÚNIO, Antônio Germano. Política Educacional e Formação Continuada dos Professores da Educação Infantil de Fortaleza. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 5, n. 11, p. 107-121, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.47455/26750090.2023.5.11.10752>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, Luzia dos Santos; SILVA, Jacqueline Silva da. Formação Continuada de Professores, Ensino de Ciências da Natureza e Organização de Ambientes com Elementos Naturais na Educação Infantil: uma análise de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em ensino de ciências exatas e em ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates, no período de 2014 a 2023. **SALA 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, v. 1, n. 8, p. 98-114, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/235555.1.8-6>. Acesso em: 05 ago. 2025.

SILVA, Diovana Machado da; BIANCHI, Vidica; ANASTÁCIO, Zélia Ferreira Caçador. Políticas públicas para a educação infantil: uma análise de diretrizes de Brasil e de Portugal. **Revista de Políticas Públicas**, v. 29, n. 1, p. 474-490, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/21782865v29n1.2025.26>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Salvador: UFBA, dezembro 2002. (Texto para Discussão). Disponível em: <http://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/3145> Acesso em: 12 ago. 2025.

SOUZA, Paula Gomes de; PEREIRA, Regina Auxiliadora Lannes Barreto; REIS, Grazielle da Silva Nunes; MIRANDA, Victor da Penha. A formação continuada de professores da Educação Infantil da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes – RJ no contexto do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: perspectivas e vivências da formação do "Leitura e Escrita na Educação Infantil". **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 14, n. 42, p. , 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25242/8876144220242975>. Acesso em: 09 ago. 2025.

TABOSA, Severina Josefa de Moraes Gonçalves; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. A formação do professor como elemento de motivação da prática pedagógica na educação infantil: uma análise da formação continuada no município de Cumarú – PE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 349-369, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i6.10202>. Acesso em: 14 ago. 2025.